

O REFLEXO DA RETENÇÃO DE ALUNO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Urrumara Pires de Oliveira
Secretaria Estadual de Educação
urrumara@hotmail.com

Marlene Valerio dos Santos Arenas
Fundação Universidade Federal de Rondônia
marlenearenas@unir.br

RESUMO:

Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) são ferramentas sociais com finalidade social e política de prover formação acadêmica e cultural, garantindo assim qualificação, a população que atende. O objetivo da pesquisa foi identificar como o orçamento da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) é afetado quando o aluno do Curso de Ciências Contábeis não conclui o curso no prazo estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Trata-se de uma pesquisa exploratória, quali/quantitativa, bibliográfica, entrevistas semiestruturadas, análise de conteúdo, referente ingresso dos alunos na turma de 2013. Os resultados encontrados mostram que os alunos formados fora do prazo estabelecidos no PPC, de quatro anos, reduzem consideravelmente os recursos orçamentários e financeiros recebidos pela UNIR, comprometendo os investimentos.

Palavras-chaves: Recurso orçamentário. Taxa de aluno equivalente. Matriz orçamentária e outros custos.

1 INTRODUÇÃO

As instituições públicas têm como premissas para amparo da defesa de suas existências, trabalhar aspectos relevantes ao desenvolvimento da sociedade. O Estado em cada respectiva esfera atua de modo a garantir o acesso do ensino básico ao superior. Para o ensino superior, existem na forma de fundações e autarquias as Instituições de Ensino Superior (IFES), sendo definido como razão de existência a produção e a disseminação do saber.

A fim de que seja alcançada sua função social e política, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) trabalham com o uso de indicadores, e monitoramento constante do Ministério da Educação (MEC). Esse monitoramento busca que o Estado garanta a eficiência de sua atuação, uma vez que a constituição dessas instituições se dá para garantir autonomia administrativa e financeira, maior liberdade da gestão e execução de orçamento, buscando a eficiência e eficácia.

Para alcançar essa eficiência o MEC junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) estabeleceu o uso de indicadores como critério de avaliação das IFES, devido sua relativa facilidade de criação, monitoramento e possibilidade de comparação entre os resultados encontrados (MIRANDA, 2013).

Dentro dos diversos indicadores calculados sobre uma base de dados anuais das Instituições Federais de Ensino Superior de caráter acadêmico, um dos principais previstos é o Aluno Equivalente (NFTE-Número de alunos equivalentes na graduação), que está incluído na Matriz de Alocação de Recursos Orçamentários para a distribuição do orçamento às despesas de custeio e investimentos das IFES (BRASIL, 2006).

Porém, diante da crise econômica que assola o País nos últimos anos, o Governo Federal precisou fazer uma contenção de despesas, afetando o orçamento das Instituições de Ensino Superior.

Em abril de 2016, o Governo Federal anunciou um corte de R\$ 42,1 bilhões das contas públicas. No Ministério da Educação, o corte foi de R\$ 4,3 bilhões. Com isso, o orçamento do Ministério para 2017, que havia sido definido pelo Congresso em R\$ 35,74 bilhões, foi reduzido para R\$ 31,43 bilhões¹.

Com esse corte orçamentário promovido pelo Governo Federal, as universidades e institutos federais vêm enfrentando dificuldades para manter serviços básicos, como pagamento em dia de contas de água e luz. A Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) informou que ainda não foi prejudicada com os cortes porque tem caixa até setembro deste ano. O valor é o que já tinha sido orçado no ano passado. Mas, a partir de setembro, poderá ter dificuldades para pagamento de luz, água e salários².

Diante da crise econômica no País e sendo que o orçamento das instituições se baseiam em indicadores, e alguns desses indicadores se baseiam em tempo de permanência dos alunos na instituição, surge então um questionamento: Como o aluno que está com tempo de duração de curso acima do estabelecido pelo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) na instituição afeta o orçamento da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)?

O objetivo desta pesquisa foi identificar como o orçamento da UNIR é afetado quando o aluno do Curso de Ciências Contábeis não conclui o curso no prazo estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso. Para se alcançar a esse objetivo foi necessário estabelecer os seguintes objetivos específicos: conhecer como é constituído o orçamento das IES;

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/veja-o-impacto-do-corte-de-verbas-em-universidades-e-institutos-federais-de-14-estados.ghtml>. Acesso em 20/03/2018.

² Disponível em: https://www.unir.br/noticias_arquivos/23538_nota_de_esclarecimento_da_reitoria_sobre_o_orcamento_2017_da_unir.pdf. Acesso em 04/03/2018.

entender os principais indicadores na formulação do orçamento das IES; identificar o número de alunos não concluintes no curso de Ciências Contábeis nos anos de 2011 a 2013; e verificar como o orçamento é afetado por esse aluno não concluinte.

A convivência em sala de aula, com tantos colegas que acabaram prolongando a duração do curso ao decorrer dos semestres, fez despertar o interesse em investigar como esse fato influencia no orçamento e destinação de verbas da universidade, para deste modo contribuir com dados empíricos e estatísticos para a discussão desse problema e assim auxiliar na busca por soluções e melhorias.

A presente pesquisa encontra-se estruturada por esta introdução, referencial teórico que aborda sobre a teoria institucional, orçamento público, orçamento público nas universidades federais, aluno equivalente, taxa de sucesso. Em seguida são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa, análise dos dados e resultados e por fim as considerações finais.

2. CONTEXTUALIZANDO ORÇAMENTO DAS UNIVERSIDADES E DESEMPENHO ACADÊMICO

Para uma contextualização mais adequada se faz necessário compreender a teoria institucional, pois ela é a base para a percepção do Orçamento público, em consequente o Orçamento público nas Universidades Federais.

2.1 TEORIA INSTITUCIONAL

Para melhor entendimento da Teoria Institucional, alguns conceitos sobre organizações e institucionalização, são aqui apresentados, visando fornecer clareza e compreensão da validade e importância do cuidadoso estudo das organizações e suas características.

Quinello (2007) afirma que os estudiosos da teoria, definem instituição como sendo: os protocolos existentes, os procedimentos, normativas e convenções oficiais e oficiosas próprias das organizações, da comunidade política ou da economia política. Corroborando com Guerreiro *et al.* (2005) o universo institucional é fortemente marcado pela constante elaboração de regras, costumes, símbolos, conceitos e requerimentos normativos aos quais os indivíduos e organizações às quais pertencem ou interagem precisam sujeitar-se para receber apoio e autenticidade.

Sobre organizações poderem ser consideradas “vivas”, uma vez que respondem a estímulos, Meyer e Rowan (1977, p. 340): relatam que:

As organizações são levadas a incorporar as práticas e procedimentos definidos por conceitos racionalizados de trabalho organizacional prevalecentes e institucionalizados na sociedade. Organizações que fazem isto aumentar sua legitimidade e suas perspectivas de sobrevivência, independentemente da eficácia imediata das práticas e procedimentos adquiridos (MEYER E ROWAN, 1977, p. 340)

Compreende-se que organizações estão e estarão sujeitas a adaptar-se a agentes externos e internos, para alcançar a realização de suas atividades a contento. Sendo assim, uma definição de máxima relevância na Teoria Institucional é a de “campo organizacional”, podendo este ser descrito como instituições, que em um conjunto instituem uma área reconhecida da vida institucional como: fornecedores, consumidores, agências regulatórias e outras organizações que produzem produtos/serviços similares.

Os campos organizacionais em seus estágios mais preliminares podem ser descritos como bastante diversificados, e ao decorrer vão se estruturando e se estabelecendo

enquanto vão se tornando cada vez mais homogêneos (DIMAGGIO; POWELL, 1983). A efetiva estruturação do chamado aqui de “campo organizacional” ocorre a partir de quatro momentos principais: aumento da amplitude da interação entre as organizações do campo; necessidade de estruturas de dominação e padrões de alianças interorganizacionais sólidas; aumento da carga de informação com a qual as organizações dentro de um campo devem lidar; e desenvolvimento de uma conscientização mútua entre os participantes que estão envolvidos em um negócio comum. Por fim, campos organizacionais fortemente estruturados, formam um contexto em que esforços individuais ou de uma organização, para lidar racionalmente com incerteza e restrições, geralmente conduzem, à homogeneidade em termos de estrutura, cultura e resultados (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

2.2 ORÇAMENTO PÚBLICO

Orçamento público é a apresentação das estimativas de receitas para realização de gastos públicos, dos órgãos públicos em geral, para seu exercício e cumprimento de suas funções sociais, conforme Xerez (2013, p.4) aborda:

O orçamento público é o instrumento fundamental das finanças públicas e tem como características traduzir os projetos e programas de governo, bem como as políticas financeiras, econômicas e sociais adotados pelo chefe do Poder Executivo. É nele que está discriminada a origem e a estimativa do montante dos recursos a serem obtidos e das despesas que pretende realizar, com clareza e responsabilidade de uma forma planejada e integrada para atender as necessidades públicas, quer seja para manutenção das suas atividades, quer seja para a execução de seus projetos. É no orçamento público que estão todas as receitas e despesas que serão realizadas pelo Poder Executivo (XEREZ, 2013, p.4).

Lima e Castro (2000, p. 19) veem o orçamento público com maior engajamento no sentido do planejamento, conforme texto extraído:

Orçamento público é o planejamento feito pela Administração Pública para atender, durante determinado período, aos planos e programas de trabalho por ela desenvolvidos, por meio da planificação das receitas a serem obtidas e pelos dispêndios a serem efetuados, objetivando a continuidade e a melhoria quantitativa e qualitativa dos serviços prestados a sociedade (LIMA e CASTRO 2000, p.19).

Para Ávila (2003), orçamento público, nada mais é, que a manifestação legal de instrumento gerencial voltado à administração pública, que tem por finalidade atender a todas as funções essenciais para com a sociedade, no decorrer de um determinado período, considerando as ações oriundas do gerenciamento de recursos públicos.

A Lei Orçamentária Anual estima receitas e fixa as despesas para um exercício financeiro. Desta forma possibilita a avaliação das fontes de recursos públicos e quem será favorecido por esses recursos. Assim é a ferramenta que proporciona o cumprimento do plano de trabalho do exercício a que se refere.

A seguir foi necessário verificar como é o processo do orçamento nas universidades federais.

2.3 ORÇAMENTO PÚBLICO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Segundo art. 207 da Constituição Federal de 1988, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL,

1988, p.124). As universidades são classificadas como unidades orçamentárias do Ministério da Educação (MEC) no processo orçamentário brasileiro.

Assim, no que tange especificamente ao orçamento, o art. 55 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) dispõe que “os recursos necessários para a manutenção das instituições de ensino superior federais devem estar assegurados no Orçamento Geral da União”, ficando assim garantido o financiamento das despesas geradas pelas IFES para seu funcionamento de forma adequada.

Ainda, a Constituição Federal de 1988, art. 212, a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

De acordo com Campos (2015, p. 55):

Assim, o MEC, por meio do Gabinete do Ministro e da Secretaria Executiva, exerce seu poder político e financeiro com base em cenários apresentados pela Secretaria de Educação Superior (SESu) e Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) e decide os montantes de recursos que serão destinados às universidades federais. Recursos financeiros esses negociados e definidos por meio de decretos e portarias orçamentárias anuais. [...]. (CAMPOS, 2015, p.55).

O MEC, enquanto órgão responsável adota critérios para a alocação de recursos entre as IFES, destinados à manutenção e desenvolvimento das mesmas. Ferreira (2013, p. 39), elenca de que forma os recursos são distribuídos:

i) Matriz de Outros Custeios e Capital (OCC) (Matriz Andifes); ii) Matriz Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); iii) Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior (REUNI); iv) Matriz Hvet (matriz de distribuição de recursos financeiros para custeio dos hospitais veterinários de ensino); v) Programa Incluir (Programa de Acessibilidade na Educação Superior); vi) Programa Promisaes (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior oferece bolsa para os alunos estrangeiros de países com os quais o Brasil mantém acordo); vii) Programa de Extensão Universitária (PROEXT); viii) Implantação de novas universidades; ix) Implantação de novas universidades (recursos alocados na unidade orçamentária da SESU); x) Implantação de campos pactuados; xi) Expansão do ensino médio; xii) Programa Viver sem Limite (Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência); xiii) Programa Consolidação (Programa de Consolidação das Licenciaturas que objetiva a elevação da qualidade dos cursos de licenciatura) (FERREIRA, 2013, p.39).

Muitas vezes em função da escassez de recursos, as IFES devem buscar outras fontes de financiamento, principalmente por meio de parcerias com a iniciativa privada, mecanismo criticado por estudiosos e pela própria comunidade universitária, pela sua caracterização de uma possível tendência de privatização da educação superior pública brasileira (SANTOS, 2013).

Para entender como é distribuído o orçamento pelo MEC às universidades federais, é necessário entender o que é aluno equivalente, taxa de sucesso, desempenho acadêmico e a Matriz de Orçamento de Outros Custeios e Capital (Matriz OCC).

2.3.1 Matriz de Orçamento de Outros Custeios e Capital (Matriz OCC).

A matriz de orçamento de outros custeios e capital (matriz OCC) é fundamentada por meio do Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010 e da Portaria MEC nº 651 de 24 de

julho de 2013. O intuito da Matriz OCC é a distribuição de recursos para a Manutenção das Universidades de acordo com a necessidade das instituições.

O Decreto nº 7233/2010 estabelece fundamentos para os procedimentos utilizados na construção da Matriz OCC. Como é observado no art. 4º, § 1º e § 2º:

§ 1º A matriz de distribuição será elaborada a partir de parâmetros definidos por comissão paritária, constituída no âmbito do Ministério da Educação, integrada por membros indicados pelos reitores de universidades federais e por aquele Ministério.

§ 2º Os parâmetros a serem definidos pela comissão levarão em consideração, entre outros, os seguintes critérios:

I - o número de matrículas e a quantidade de alunos ingressantes e concluintes na graduação e na pós-graduação em cada período;

II - a oferta de cursos de graduação e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento; [...] (BRASIL, 2010, página: 1).

Como é constatado anteriormente, os critérios definidos pela comissão são variados, desde a quantidade de alunos ingressantes até a quantidade de alunos concluintes, fatores esses que influenciam nas taxas de sucesso de cada curso e cada IES.

Enquanto a Portaria MEC nº 651/2013, legaliza a Matriz OCC, como ferramenta de distribuição anual dos recursos destinados às IES, remetendo como base legal ao art. 4º, § 2º, do Decreto nº 7.233/2010, anteriormente já citado.

Ao analisar a composição e a coleta de dados para a Matriz OCC, trata-se no art. 3º, da Portaria MEC nº 651/2013 que:

A composição da Matriz OCC terá como base o número de alunos equivalentes de cada universidade, calculado a partir dos indicadores relativos ao número de alunos matriculados e concluintes da graduação e pós-graduação de cada universidade federal, bem como, entre outros, o indicador de eficiência/eficácia RAP (relação aluno professor) e os indicadores de qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação baseados em sistemas de informação do Ministério da Educação. (BRASIL, 2013, página: 1).

A Portaria MEC nº 651/2013, também versa sobre a distribuição de recursos da Matriz OCC e sobre a Comissão Paritária da Matriz OCC.

2.3.2 Aluno equivalente

O aluno equivalente é o principal indicador utilizado para fins de análise dos custos de manutenção das IFES, nas rubricas referentes ao orçamento de custeio e capital (OCC). O cálculo deste indicador foi objeto de estudos realizados pela Secretaria de Educação Superior do MEC e a Comissão de Modelos da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).

Segundo a Portaria nº 25, 13 de agosto de 2015, em seu artigo 1º, o conceito de Aluno-Equivalente é o aluno matriculado em um determinado curso, ponderado pelo Fator de Equiparação de Carga Horária e pelo Fator de Esforço de Curso.

Fator de Equiparação de Carga Horária do curso permite a equiparação de cursos com durações distintas, sendo calculado pela divisão da carga horária anual do curso por oitocentas horas. A carga horária anual do curso deve considerar a carga horária mínima regulamentada e a duração do ciclo do curso, em anos, definido no projeto pedagógico; e sendo que o Fator de Esforço de Curso ajusta a carga horária do curso em função da quantidade de aulas práticas que tecnicamente demandem menor Relação Aluno por Professor.

O cálculo do aluno equivalente para cada IFES integra quatro indicadores parciais, referentes às atividades educacionais nos seguintes níveis: (i) Graduação; (ii) Mestrado *stricto sensu*; (iii) Doutorado; (iv) Residência médica. Incluem-se no cálculo todos os cursos de caráter permanente, e que não sejam autofinanciados, mantidos por recursos especiais de convênios ou parcerias com instituições públicas ou privadas (BRASIL, 2005, p. 1).

Visto que esse estudo se destina aos alunos do Curso Superior de Ciências Contábeis, a base utilizada foi o Cálculo do Aluno Equivalente para a Graduação.

O número de estudantes da graduação é convertido em número equivalente de estudantes de tempo integral, por meio da seguinte fórmula:

$$(A) Nfte_{(g)} = \left\{ [Ndi \times D \times (1 + R)] + \left[\left(\frac{Ni - Ndi}{4} \right) \times D \right] \right\} \times BT \times BFS \times PG$$

Onde:

$Nfte_{(g)}$ = Número de alunos equivalentes (graduação);

Ndi = Número de diplomados;

D = Duração média do curso;

R = Coeficiente de retenção;

Ni = Número de ingressantes;

BT = Bônus por turno noturno;

BFS = Bônus por curso fora de sede;

PG = Peso do Grupo.

Para os cursos novos e para os cursos intervalados, utiliza-se a relação:

$$(B) Nfte_{(g)} = NMR \times BT \times BFS \times PG$$

Onde:

$Nfte_{(g)}$ = Número de alunos equivalentes (graduação);

NMR = Número de Alunos Matriculados Efetivos no Ano de Referência do Cálculo.

BT = Bônus por turno noturno;

BFS = Bônus por curso fora de sede;

PG = Peso do Grupo.

São considerados cursos novos aqueles que não completaram ainda o tempo de existência suficiente para ter a primeira turma formada. Considerando que os cursos novos não apresentam formandos, utilizou-se a ferramenta acima como forma de compensar o esforço com a criação de novos cursos.

São considerados cursos intervalados aqueles que por condições específicas de operacionalização, possuem interrupções de ingressantes e de diplomados simultaneamente ($Ni = Ndi = \text{zero}$), independente da data de início do curso. Como forma de ajustamento, então, deve ser considerado o número de alunos matriculados no ano de referência do cálculo. Para os cursos que não apresentarem ingressantes ($Ni = \text{zero}$) e para os cursos que apresentarem o número de ingressantes menor que o número de diplomados ($Ni < Ndi$), a segunda parcela da fórmula torna-se zero.

$$(C) Nfte_{(g)} = [Ndi \times D \times (1 + R)] \times BT \times BFS \times PG$$

Onde,

$Nfte_{(g)}$ = Número de alunos equivalentes (graduação);

Ndi = Número de diplomados;

D = Duração média do curso;

R = Coeficiente de retenção;

BT = Bônus por turno noturno;

BFS = Bônus por curso fora de sede;

PG = Peso do Grupo.

Bônus atribuídos são devido ao fator que dificulta o aluno a se manter no curso, correspondem a 10% para os alunos dos cursos que funcionam fora da sede - BFS e 15% para os alunos dos cursos que funcionam no turno noturno – BT. Ao calcular na fórmula deve se somar 100 e depois dividir por 100 essas taxas.

Quanto ao peso do grupo, os cursos são subdivididos em áreas de custos para tornar possível a diferenciação entre cursos de maiores custos em relação aos demais. Para a determinação desta classificação, um dos fatores predominantes é a utilização de laboratórios que exigem maiores recursos para seu funcionamento.

2.3.3 Taxa de sucesso e desempenho acadêmico

No sentido de buscar uma forma de apresentar à sociedade os resultados das IFES, em 2002, o Tribunal de Contas da União (TCU) definiu alguns indicadores, para serem incluídos no Relatório de Gestão anual. O relatório compreende uma das peças do processo de prestação de contas das instituições e deve ser apresentado anualmente ao TCU.

Dos indicadores existentes, a Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) possui a capacidade de explicitar problemas ou dificuldades no processo de formação na Universidade, além de desempenhar um importante papel na construção da Matriz Orçamentária. Esse indicador é calculado pela relação entre os alunos diplomados e os ingressantes, ou seja, em relação ao número de alunos ingressos e quantos conseguiram finalizar o seu curso no tempo estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Geralmente, a partir dos resultados da TSG pode-se perceber a existência de problemas como evasão ou retenção nos cursos.

Para MENEZES (2001), o indicador “Taxa de Sucesso” é um indicador de desempenho amplamente adotado por instituições públicas de ensino superior, essencialmente aquelas que possuem uma produção científica. Como, por exemplo, as IFES, que trabalham na sua base de informações a relação percentual entre número de diplomados e número total de ingressantes. Como total de ingressantes compreende-se, todas as modalidades de ingresso, como o vestibular e a transferência de outras instituições. O TSG é comumente utilizado nos estudos de aferição do ensino superior. O indicador é calculado por meio da expressão matemática:

$$TSG = \frac{\text{número total de diplomados}}{\text{número total de ingressantes}}$$

De acordo com Cislighi (2008, p. 258) a permanência é a “situação na qual o estudante mantém interesse, motivação e encontra na IES as condições que considera essenciais para permanecer frequentando regularmente o curso de graduação no qual ingressou”.

Desse modo, a permanência na educação superior pode ser abordada sobre dois aspectos: dependentes e independentes. O primeiro, prima pelos aspectos que dependem da instituição de ensino superior, e está segmentado em gestão de políticas públicas e marketing (interno e externo). O segundo é expresso no comportamento dos alunos, com base nas dimensões relacionadas às condições comportamentais, logísticas, geográficas e tecnológicas (BISINOTO, 2016).

Diante disso, se faz necessário entender que o desempenho acadêmico está relacionado ao rendimento de um indivíduo ou grupo por meio da execução de atividades acadêmicas avaliadas pela competência e resultado. Desse modo, “a descrição do termo desempenho envolve a dimensão da ação e, o rendimento é o resultado da sua avaliação,

expresso na forma de notas ou conceitos obtidos pelo sujeito em determinada atividade.” (MUNHOZ, 2004, p. 37).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa possui característica exploratória, pois visa conhecer como o atraso acadêmico dos alunos do curso de Ciências Contábeis, afeta o orçamento da Universidade. Para GIL (1999), “a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa com aplicação de entrevista semiestruturada, buscando entender como funciona o orçamento da universidade e a análise dos efeitos do atraso dos acadêmicos na conclusão do curso de Ciências Contábeis no orçamento da Universidade.

Essa entrevista foi aplicada com três servidores, sendo um servidor da Coordenadoria de Informação e Desempenho da Diretoria de Planejamento, um servidor do setor de Desenvolvimento e Informação (CID/DPDI) e com o diretor de orçamento, finanças e contabilidade da Pró-Reitoria de Planejamento -PROPLAN.

Para análise das entrevistas semiestruturadas com servidores que trabalham com orçamento na UNIR utilizou-se análise de conteúdo, tomando como base BARDIN (2011) que afirma que é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Além das entrevistas foi realizado um levantamento dos alunos matriculados, concluintes e em curso, dos alunos ingressantes nos anos de 2011, 2012 e 2013, sendo os de 2013 a conclusão dentro do prazo normal, ocorreu em 2017.

Com os dados coletados do módulo acadêmico SINGU da UNIR, foi realizada a análise de dados com a Estatística descritiva, buscando o entendimento sobre como o orçamento será afetado pelos alunos atrasados. Segundo MEDRI (2011), a Estatística descritiva utiliza gráficos, tabelas e medidas descritivas como ferramentas, desse modo se preocupando com a organização, apresentação e sintetização de dados, para assim ser utilizada na etapa inicial da análise, destinada a obter informações que indicam possíveis modelos a serem utilizados em uma fase final que seria a chamada inferência estatística.

Vale ressaltar que os dados coletados no módulo acadêmico SINGU foram referentes aos anos ingressantes na turma de 2011, 2012 e 2013. Não foi possível fazer a análise dos dados referente ao ano de 2011 e 2012, em função da negativa da Diretoria de Registro Acadêmico (DIRCA), em fornecer os o nome dos formandos referente as turmas de 2011 e 2012, bem como o Departamento do Curso de Ciências Contábeis que informaram não possuir essa informação.

A seguir a análise dos valores das taxas de aluno equivalente (TAE), eficiência na qualidade acadêmico-científica (EQR) e participação (PART) no rateio de OCC da UNIR por núcleo ao se fazer um paralelo das informações em gráficos. Também foi utilizado dados sobre os alunos concluintes para construção de tabelas e análise da perda no orçamento da UNIR.

4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

A Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) foi criada em 08 de julho de 1982 pela Lei nº 7011/1982, após a criação do Estado de Rondônia em 22 de dezembro

de 1981. Atualmente, junto com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), são as únicas instituições de Ensino Superior (IES) públicas no Estado. A UNIR possui oito *Campi*, localizados nos municípios de Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Porto Velho, Presidente Médici, Rolim de Moura e Vilhena. Sendo que a sede administrativa da UNIR fica em Porto Velho, onde estão a Reitoria e as Pró-Reitorias de Administração (PRAD), de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis (PROCEA), de Graduação (PROGRAD), de Planejamento (PROPLAN) e de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPesq).³ A UNIR forma profissionais para diversas áreas do conhecimento e possui projetos de pesquisa e extensão. É mantida com recursos financeiros do Governo Federal.

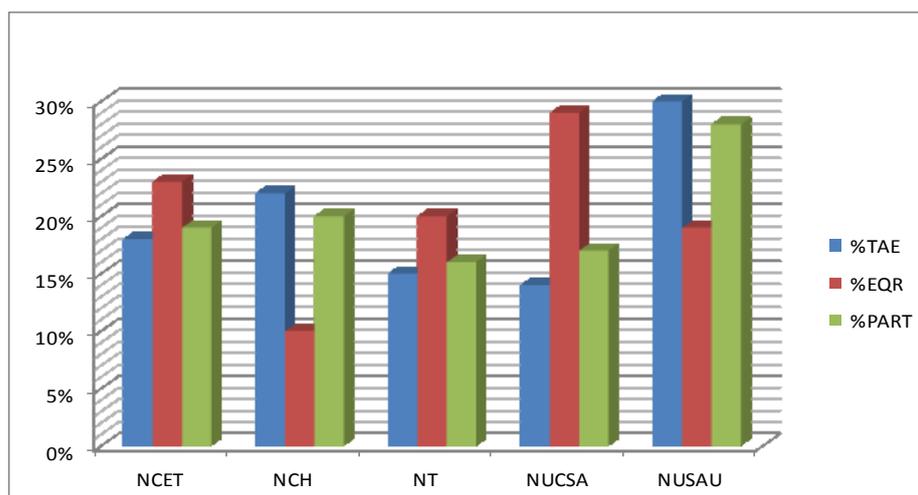
A pesquisa foi desenvolvida tomando como base o *Campus* Universitário José Ribeiro Filho, localizado em Porto Velho e a entrevista foi desenvolvida com dois servidores do CID/DPDI e com o Diretor de Orçamento, finanças e contabilidade da PROPLAN, por meio de entrevista semiestruturada e individual com cada servidor.

Ao fazer um comparativo entre as respostas dadas pelos entrevistados, nota-se que são bem similares com pequenas diferenças, que normalmente são acréscimos de informações de um servidor e outro.

Quando perguntado sobre a arrecadação, os entrevistados responderam que a Universidade não tem arrecadação própria, pois foi proibida de cobrar qualquer tipo de taxa, seja de concurso, seja de emissões de documentos. Logo depende unicamente do recurso cedido pelo MEC, que utiliza a matriz OCC para fazer a distribuição do orçamento para as Universidades, essa mesma matriz que surgiu depois de 2013, após reivindicação de vários reitores, pois até então não havia um critério de distribuição de recursos, e essa distribuição era feita em maior escala para universidades com maiores pesos no mercado acadêmico.

O orçamento da universidade é dividido por *Campi* e em seguida por núcleo, sendo cinco núcleos no *Campus* de Porto Velho. A descentralização do orçamento por *Campi* e por núcleo é feito através da taxa de aluno equivalente. Atualmente o Núcleo de Saúde (NUSAU) em Porto Velho é o que mais recebe recurso e o que menos recebe é o Núcleo de Ciências Humanas (NCH), conforme Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 – Distribuição de OCC em 2014 a 2016



Fonte: Relatório de Indicadores Agregados UNIR/2015

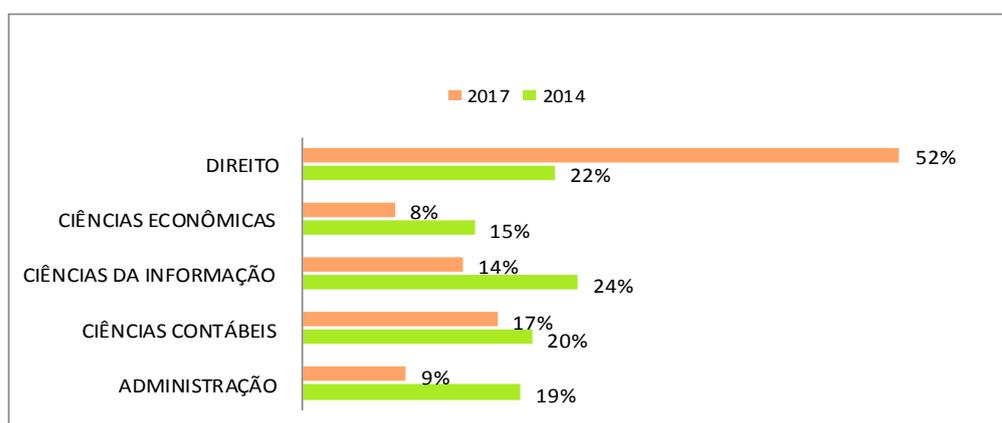
³ Disponível em: <https://www.unir.br/?pag=submenu&id=260&titulo=A%20Universidade>. Acesso em 13/06/2018.

Percebe-se no gráfico, os valores das taxas de aluno equivalente (TAE), eficiência na qualidade acadêmico-científica (EQR) e participação (PART) rateio de OCC da UNIR por núcleo. Essa distribuição acaba sendo maior para o Núcleo de Saúde (NUSAU), em grande parte isso se deve ao fato dos cursos na área da saúde serem em sua maioria em tempo integrais, pois na matriz OCC, cursos integrais tem um peso maior.

Observa-se também no Gráfico 1 que o Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas (NUCSA) tem 14% em TAE - Total de Aluno Equivalente do Campus; 29% em EQR - Dimensão da Eficiência e Qualidade Acadêmico-Científica do *Campus* Relativa ao Conjunto (produção em geral no NUCSA, não sendo apenas a graduação) e 17% em PART - Parcela Decimal de Participação do *Campus* no Total dos Recursos de OCC-UNIR em 2014, sendo que esses valores ficaram da seguinte forma: 20%; 19% e 20% respectivamente em 2017.

Os entrevistados responderam que não há como se ter um valor exato do repasse financeiro por aluno e tão pouco por curso, apenas por núcleo. Porém, dentro da distribuição orçamentária do Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas (NUCSA) é possível identificar o TAE de cada departamento que compõe o NUCSA, conforme Gráfico 2 a seguir:

Gráfico 2- Percentual do total de Aluno Equivalente no *Campus* de Porto Velho aplicado ao NUCSA por departamento nos anos de 2014 e 2017.



Fonte: Elaborado pelas autoras

Como pode-se notar no Gráfico 2, em 2014 o departamento pertencente ao Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas (NUCSA) com a maior taxa de aluno equivalente foi o de Ciências da Informação, fato esse que mudou em 2017, sendo o departamento de Direito com 52% do total de aluno equivalente.

Os entrevistados disseram que além dos fatores já mencionados, essa matriz considera em torno de 10 fórmulas na graduação, sendo que uma das mais importantes é a taxa de sucesso, pois em sua estrutura, observam-se vários outros indicadores, como por exemplo: qualificação do corpo docente, relação de alunos ingressantes/concluintes, sendo acompanhada do aluno equivalente. E outros indicadores utilizados na matriz OCC observam nota da CAPES, lançamento das notas pelos docentes no sistema, publicação de trabalhos etc. Porém, vale ressaltar que alguns dos fatores que mais prejudicam nessa matriz e de forma conseguinte afetando o valor do repasse financeiro ao orçamento, é o atraso do lançamento da nota no sistema pelo docente, pois afeta a taxa de sucesso do aluno. Que o fato do professor ser contratado por dedicação exclusiva ou se ele é professor 20 horas ou 40 horas também influencia, pois se for dedicação exclusiva o peso é maior. E

o que mais afeta principalmente essa fórmula é o atraso acadêmico, diante do prazo estipulado no PPC de cada curso, pois mantém a taxa de sucesso mais baixa.

Os entrevistados também ressaltaram que o não desligamento do aluno que permanece acima do tempo previsto no PPC e a não conclusão acaba afetando muito mais o orçamento, pois deixa de ser contabilizado na taxa de aluno equivalente e entra em outro indicador. Desse modo, o indicador de aluno equivalente baixo, faz diminuir bruscamente a captação de recursos, pois essa fórmula tem um peso bem mais baixo, e assim acaba fazendo uso de todos os recursos da universidade sem receber praticamente nada de recursos voltado a esse aluno.

Ao observar a turma ingressante constituída por 45 alunos, no curso de Ciências Contábeis no 2º semestre de 2013 no *Campus* José Ribeiro Filho, Porto Velho, observa-se que apenas 14 alunos conseguiram terminar o curso dentro do prazo estabelecido no PPC do curso. Logo, apenas aproximadamente 31,11% da turma obteve aproveitamento esperado pela IES, desse modo os outros 68,89% dos alunos afetam o orçamento da universidade ao fazer com que a quantidade de aluno equivalente diminua. Para melhor entendimento dessa questão, faz-se necessário uso de um exemplo:

Considerando o curso de Ciências Contábeis, no *Campus* José Ribeiro Filho, no ano de 2013 com 45 alunos ingressantes no turno noturno e levando-se em consideração apenas os 14 alunos formados em 2017 (alunos da turma de 2013, que formaram dentro do prazo previsto de quatro anos), tem-se a seguinte taxa de aluno equivalente:

$$Nfte_{(g)} = \left\{ [Ndi \times D \times (1 + R)] + \left[\left(\frac{Ni - Ndi}{4} \right) \times D \right] \right\} \times BT \times BFS \times PG$$

$$Nfte_{(g)} = \{ [14 \times 4 \times (1 + 0,12)] + [(45-14/4) \times 4] \} \times 1,15 \times 1,0$$

$$Nfte_{(g)} = 107,778$$

Considerando as mesmas informações, porém o número de alunos formados sendo 45 alunos, tem-se a seguinte taxa de aluno equivalente:

$$Nfte_{(g)} = \left\{ [Ndi \times D \times (1 + R)] + \left[\left(\frac{Ni - Ndi}{4} \right) \times D \right] \right\} \times BT \times BFS \times PG$$

$$Nfte_{(g)} = \{ [45 \times 4 \times (1 + 0,12)] + [(45-45/4) \times 4] \} \times 1,15 \times 1,0$$

$$Nfte_{(g)} = 231,84$$

Ao fazer o comparativo observa-se como a taxa de aluno equivalente foi bem menor que o esperado na turma de Ciências Contábeis de 2013. Pode-se criar um paralelo, supondo, para exemplificação, que o valor do aluno equivalente em 2017 seja R\$ 1992,61, valor hipotético, tomando como base o trabalho desenvolvido por Tomás Dias Sant' Ana (2017)⁴. Assim observa-se no Quadro 1 a seguir, a diferença dos valores:

Quadro 1- Exemplificação da Taxa de Aluno Equivalente

Quantidade de alunos formados	Taxa do aluno equivalente	Valor do Aluno equivalente	Valor total
14 alunos	107,778	R\$1.992,61	R\$ 214.759,52
45 alunos	231,84		R\$ 461.966,70

FONTE: Elaborado pelas autoras

É possível observar no Quadro 1, que o valor orçamentário e financeiro para 14 alunos seria R\$ 214.759,52, enquanto se a turma toda houvesse se formado seria R\$ R\$

⁴ Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/04/Forplad-Matriz-OCC-Vers%C3%A3o-com-Anima%C3%A7%C3%A3o-2017.pdf>. Acesso em 11/07/2018.

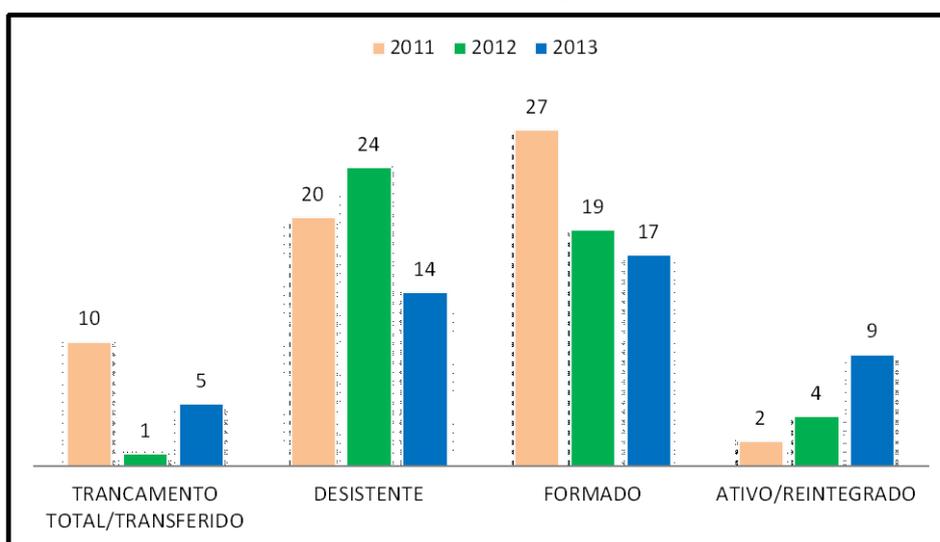
461.966,70. Percebe-se que a universidade receberia R\$247.207,18 a menos devido ao atraso/desistência dos 31 alunos.

Vale salientar que seria o valor de R\$7.974,42 por cada aluno que atrasou/desistiu a sua formação, pois R\$1.992,61 é o valor hipotético do valor equivalente, mas ao se calcular leva-se em consideração a taxa de aluno equivalente. E ao dividir a diferença total de R\$ 247.207,18 pela diferença dos 31 alunos que não se formaram no prazo previsto, obtém-se o valor de R\$7.974,42 por aluno.

Ao analisar o exemplo anterior, pode-se notar como o orçamento da UNIR é afetado com a não conclusão dos alunos ingressantes do ano de 2013, sendo que esse grupo pode ser formado por alunos desistentes, transferidos, com trancamento total de matrícula ou até mesmo por alunos que ainda estão ativos.

É importante observar os dados sobre esses alunos e verificar as causas que originam esse problema. Em 20/02/2018 foi possível obter parte desses dados para as turmas ingressantes de 2011, 2012 e 2013 como mostra o Gráfico 3 a seguir:

Gráfico 3- Dados sobre a situação dos alunos ingressantes em 2011, 2012 e 2013



Fonte: Elaborado pelas autoras

Observa-se no Gráfico 3 acima, que foram 59 alunos ingressantes em 2011, sendo que apenas 27 alunos conseguiram se formar até o ano de 2018 e apenas dois alunos continuam ativos na universidade. O número de alunos desistentes ou que trancaram o curso em 2011 é muito expressivo, pois representa 50,85% da turma inicial.

Enquanto que em 2012, foram matriculados 48 alunos, sendo que apenas 19 alunos se formaram até 2018 e quatro alunos ainda permanecem ativos na instituição. A taxa dos alunos desistentes ou que trancaram o curso em 2012 é a maior dos anos analisados, sendo 52,08% da turma inicial.

E em 2013 nota-se que foi o ano com o menor número de ingressantes, sendo 45 alunos, sendo que apenas 17 alunos conseguiram se formar, o que representa uma taxa de 37,78% da turma inicial. Tem-se que nove alunos continuam ativos no curso em 2018. Importante ressaltar que dos anos analisados, o ano com menor índice de trancamento/desistência do curso foi com os alunos ingressantes em 2013, com uma taxa de 42,22%.

Há que se esclarecer que o número de alunos formados referente as turmas de 2011 e 2012, não representa 100% dos ingressantes na turma original, já que a instituição se

negou a fornecer o nome e/ou matrícula dos alunos formados, podendo ser alunos de turmas anteriores.

Importante frisar que ao serem questionados sobre como ocorre o repasse financeiro, os entrevistados responderam que o repasse financeiro do Governo Federal à UNIR até 2013, acontecia de 15 em 15 dias, depois que todas as despesas feitas eram centralizadas e o repasse só acontecia depois da despesa realizada e incorrida.

No ano de 2018, o repasse financeiro ocorre uma vez por mês e apenas mediante a despesa incorrida e praticada do mês anterior, prejudicando autonomia da instituição, pois necessita da autorização do governo, e no presente ano está sendo liquidado 100% das despesas, porém no ano de 2017 o governo liberava apenas 80% do valor das despesas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo identificar como o orçamento da UNIR é afetado quando o aluno do Curso de Ciências Contábeis não conclui o curso no prazo estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso. Assim, foi necessário inicialmente conhecer e entender como funciona o orçamento na UNIR e como foi estruturado. Em seguida, a partir dos dados coletados, como também de situação hipotética criada, foi possível observar o quanto o orçamento é afetado por esse aluno que atrasou ou desistiu da sua formação.

Mostrando a necessidade de ações por parte da IFES para a formação no prazo pelo aluno e diminuir os dados de atraso/desistência dos alunos, já que há previsão de jubramento no Estatuto Geral da UNIR, e assim aumentar o repasse financeiro do Governo Federal para a instituição, melhorando seu funcionamento e manutenção.

Vale salientar que a intenção era fazer um paralelo com os alunos ingressantes das turmas de 2011, 2012 e 2013 do curso de Ciências Contábeis. Porém a instituição não colaborou, se negando a fornecer os dados das turmas de 2011 e 2012, alegando que não poderia informar o nome ou número da matrícula do aluno formado em cada ano, por serem dados sigilosos.

Em futuros trabalhos, com a colaboração da instituição seria interessante, investigar as causas do atraso desses acadêmicos e da desistência do curso. Para deste modo, criar meios para a solução desse problema e assim conseguir um repasse financeiro maior e melhorando a taxa de sucesso do curso pela instituição, e possibilitando a formação de novos alunos, que ficam impedidos de ingressar na IFES, em virtude dos alunos que permanecem por mais de dez anos, ou seja muito além do prazo estipulado no Projeto Pedagógico do curso.

REFERÊNCIAS

- ÁVILA, C.A. **Responsabilidade Fiscal, Orçamento e Auditoria**. Curitiba: Ibplex, 2003
- Bardin, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BISINOTO, Gustavo Domingos Sakr. **Gestão da permanência**: um estudo sobre o perfil socioeconômico, permanência e evasão dos discentes do curso de bacharelado em administração pública da UAB/UNEMAT. Tese (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade Federal de Rondônia. 2016. Porto Velho, Rondônia
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: 1988. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> Acesso em: 27 março. 2018

_____. Lei 7011 de 08 de julho de 1982. **Autoriza O Poder Executivo A Instituir A Fundação Universidade Federal de Rondônia**, Brasília,DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7011-8-julho-1982-356765-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 24 jun. 2018

_____. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases**, Brasília,DF. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11687148/artigo-55-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>>. Acesso em: 27 mar. 2018

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior - SESu. Departamento de Desenvolvimento da Educação Superior. **Cálculo do aluno equivalente para fins de análise de custos de manutenção das IFES**. Brasília, fev. 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2721-calculo-aluno-equivalente-orcamento&Itemid=30192. Acesso em 25/02/2018.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior - SESu. Departamento de Desenvolvimento da Educação Superior. **A coleta de dados das IFES para alocação de recursos orçamentários**. Brasília,nov. 2006.

_____. Decreto nº 7233, de 19 de julho de 2010. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7233.htm>. Acesso em: 11 jun. 2018.

_____. Portaria nº 651, de 24 de julho de 2013. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_24640725_PORTARIA_N_651_DE_24_DE_JULHO_DE_2013.aspx>. Acesso em: 11 jun. 2018.

_____. Ministério Da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Portaria Nº 25, 13 de Agosto de 2015. (Publicado no DOU - Seção nº 1 – Pag. 28 – 28/08/2015). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=21991-portaria-n25-2015-setec-pdf&Itemid=301922. Acesso em 27/03/2018.

CAMPOS, I. M. B. **GASTO PÚBLICO COM AS UNIVERSIDADES FEDERAIS: uma análise do processo decisório no MEC – 1995-2010**. 2015. Dissertação de Mestrado.

CISLAGHI, Renato. *Um modelo de sistema de gestão do conhecimento em um framework para a promoção da permanência discente no ensino de graduação*. 2008. 258 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Sistema de Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

DIMAGGIO, P.; POWELL, W. W. *The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields*. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147-160, 1983.

DURKHEIM, E. *Moral education: A study in the theory and application of the sociology of education*(traduzidopor E. K. Wilson, & H. Schnurer). New York: Free Press, 1961.

FERREIRA, S. C. **Financiamento público das instituições federais de ensino superior: Uma visão do grau de engessamento dos orçamentos das universidades federais**. UNB, 2013

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUERREIRO, R. et al. **O entendimento da contabilidade gerencial sob a ótica da teoria institucional**. *Organizações & Sociedade*, v. 12, n. 35, p. 91-106, 2005.

LIMA, D.V & CASTRO, R.G. **Contabilidade Pública**: Integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem). São Paulo: Atlas, 2000.

MEDRI, WALDIR. **Análise exploratória de dados**. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/estatisticaquantitativa/textos_didaticos/especializacao_estadistica.pdf>. Acesso em: 17 nov 2017.

MENEZES, EbenezerTakunode; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes TSG (Taxa de Sucesso na Graduação). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/tsg-taxa-de-sucesso-na-graduacao/>>. Acesso em: 26 de fev. 2018

MEYER, J. W.; ROWAN, B. *Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony*. **American Journal of Sociology**. v. 83, p. 340-363, 1977.

MIRANDA, NILZITH DE SOUZA. **Desempenho de Universidades Públicas**: Lições da experiência da UNB no uso de indicadores. Tese (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília/ UNB. 2013. Brasília – DF. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14576/1/2013_NilzithSouzaMiranda.pdf. Acesso em 04/03/2018.

MUNHOZ. Alicia Maria Hernandez. **Uma análise multidimensional da relação entre inteligência e desempenho acadêmico em universitários ingressantes**. Tese de doutorado (Universidade estadual de Campinas) 2004.

QUINELLO, R.. **A teoria institucional aplicada à administração**: Entenda como o mundo invisível impacta na gestão dos negócios. São Paulo: Novatec, 2007.

SANTOS, F. S. dos. **Financiamento público das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)**: um estudo da Universidade de Brasília. Brasília: Universidade de Brasília - UnB, 2013. Disponível em: Acesso em: 25 fevereiro 2018.

TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO (TSG). Disponível em: <http://proplan.ufrpe.br/content/taxa-de-sucesso-na-gradua%C3%A7%C3%A3o-tsg>. Acesso em 25/02/2018

UNIR. Fundação Universidade Federal De Rondônia. Pró-Reitoria De Planejamento. *Matriz para rateio orçamentário*. Porto Velho, Agosto. 2015.

XEREZ, Sebastião. **A Evolução Do Orçamento Público E Seus Instrumentos De Planejamento**. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXIII, N°. 000043, 01/11/2013. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/evolucao-do-orcamento-publico-e-seus-instrumentos-de-planejamento>. Acessado em: 25/02/2018.